



LEI Nº 1068/2002

“DISPÕE SOBRE A CONTRIBUIÇÃO
DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.”

O Prefeito Municipal de Cordeiro, Estado do Rio de Janeiro, Faço Saber, que a Câmara Municipal de Cordeiro aprovou e eu sanciono A seguinte Lei.

LEI:

Art. 1º - Fica instituída a Contribuição de Iluminação Pública – CIP, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos, tendo como fato gerador o consumo de energia elétrica por pessoa natural ou jurídica, mediante ligação regular de energia elétrica no território do município.

Parágrafo único – O serviço previsto no caput deste artigo compreende o consumo de energia elétrica destinada à iluminação de vias, logradouros e demais bens públicos, bem como a despesas com administração, instalação, manutenção, melhoramento e expansão da Rede de Iluminação Pública.

Art. 2º - A contribuição incidirá sobre a prestação do serviço de iluminação pública, efetuada pelo município no âmbito do seu território urbano.

Art. 3º - Contribuinte é o proprietário, o titular do domínio útil ou o possuidor, a qualquer título, de unidade imobiliária servida por iluminação pública.

Art. 4º - Fica instituída a alíquota uniforme de 2% incidente sobre o valor da fatura de Consumo de Energia Elétrica para todas as classes de consumo, ficando isento da incidência da CIP os consumidores com até, e inclusive, 50 (cinquenta) Kw/h. ao mês.

Parágrafo primeiro – o valor do rateio da contribuição, apurado com base no custeio anual do serviço de iluminação das vias e logradouros públicos, observará a distinção entre contribuintes de natureza industrial, comercial, residencial, serviços públicos e poder público e será pago em 12 (doze) parcelas mensais, fixadas em ato do Poder Executivo

Parágrafo segundo – O custeio do serviço de iluminação pública corresponde:

- a) despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública,
- b) despesas com administração, operações, manutenção, efficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.



Estado do Rio de Janeiro.

Prefeitura Municipal de Cordeiro
Gabinete do Prefeito

Art. 5º - É facultada a cobrança da Contribuição na fatura de consumo de energia elétrica, emitida pela empresa concessionária ou permissionária local, condicionada à celebração de contrato de convênio.

Parágrafo – único – O Poder Executivo fica autorizado a celebrar contrato ou convênio com a empresa concessionária ou permissionária de energia elétrica local, para promover a arrecadação da Contribuição de Iluminação Pública – CIP.

Art. 6º Aplicam-se à Contribuição, no que couber, as normas do Código Tributário Nacional e legislação tributária do Município, inclusive aquelas relativas às infrações e penalidades.

Art. 7º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir do próximo dia 1º (primeiro) de janeiro.

Art. 8º - Esta Lei será regulamentada no prazo de 30 (trinta) dias a partir da data da sua publicação.

Art. 9º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, 31 de dezembro de 2002.


Silvío Abreu Daflon
Prefeito